

POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: REPENSANDO A GESTÃO ESCOLAR

Alba Lúcia Nunes Gomes

Universidade Federal da Paraíba – UFPB

alba_luc@yahoo.com.br

Maria da Salette Barboza de Farias

Universidade Federal da Paraíba – UFPB

runasluz@gmail.com

Resumo: O trabalho busca refletir sobre políticas de educação à distância (EAD), desafios e possibilidades para a democratização da gestão escolar. Recorremos a trajetória da EAD no Brasil focalizando o programa Escola de Gestores. Partimos do princípio de que o curso de especialização para gestores na modalidade à distância pode criar condições para o pensar e fazer coletivo escolar. Adotamos pressupostos teóricos de Kenski (2006); e Litwin (2001) sobre educação a distância e Oliveira (2008); Cury (1998; 2008) sobre gestão. O estudo mostrou como a EAD/Escola de gestores representa um espaço de reflexão das dificuldades enfrentadas no cotidiano e possibilidades de aprendizagem e criatividade.

Palavras chave: educação à distância; gestão; democratização.

INTRODUÇÃO

A Educação a Distância tem sido tratada como uma forma de oferecer aprendizagem contínua aos indivíduos geograficamente distantes de instituições tradicionais. A gestão centralizada dos sistemas escolares é vista como um obstáculo a ser superado, pois enfraquece a escola como instituição chave do processo ensino aprendizagem e como espaço de práticas democráticas, uma vez que as decisões são tomadas por instâncias distante do seu cotidiano. Entretanto, no que refere a organização e a gestão desse mesmo sistema, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - nº 9394/ 1996, no Art. 14, traz inovações que vão poderão produzir importantes reflexos sobre a gestão exercida até então na escola pública, ao estabelecer a adoção de princípios democráticos para a gestão educacional.

Na seqüência desta Lei, Programas e ações foram implementadas na busca de dinamizar práticas de gestão que possibilitem a participação da comunidade escolar, na organização de suas atividades, atendendo assim demandas da sociedade contemporânea. Ganha visibilidade no conjunto das políticas educacionais, a EAD como modalidade de formação. Diante da necessidade de formar um novo perfil de gestor e de viabilizar estratégias alternativas de gestão escolar, foi criado o Programa Escola de Gestores - um curso de especialização a distância destinada aos gestores escolares em pleno exercício de suas atividades nas escolas públicas do País.

Buscando contribuir com o debate sobre a formação de gestores na modalidade EAD, este artigo reflete num primeiro momento sobre conceitos e características da educação a distância no Brasil, focalizando o Programa Escola de Gestores; em seguida aborda sobre a gestão

e gestão escolar numa perspectiva democrática; e por fim traz para o debate a experiência do Curso de Especialização em Gestão Escolar desenvolvido na Universidade Federal da Paraíba e sua contribuição para o processo de formação e democratização.

Conceitos e características da Educação a distância

Existe uma variedade de conceitos para a Educação a Distância, entretanto há por parte dos pesquisadores desta área um consenso: é uma modalidade do processo ensinar / aprender, abrangendo diferentes formas de auto estudo aplicados a todos os níveis de conhecimento humano (KENSKI, 2006).

Inicialmente esclarecemos algo que tem se tornado comum na literatura da área, tal seja, a comunhão de significados atribuídos aos termos EAD e *e-learning* (aprendizagem eletrônica). O surgimento do termo *e-learning* tem sua importância no sentido de especificar que a EAD é realizada apenas via *internet*, ou seja utilizando-se de recursos baseados na tecnologia tanto eletrônica quanto na informática. O conceito desta modalidade atende a dinâmica das transformações tecnológicas, abrange dimensões históricas, políticas e sociais ao tempo em possibilita elementos para uma diversidade de significações.

Dohmen *apud* Gularte (2007) defende que a EAD é uma forma sistematicamente organizada de autoestudo. Para ele, a partir do material de estudo que lhe é apresentado, o aluno se instrui com acompanhamento e a supervisão de grupo de professores. Peteres *apud* Gularte (2007) discute a EAD enquanto método. Para este educação/ensino a distância (*Fernunterricht*) é um método racional de partilhar conhecimento, habilidades e atitudes, através da aplicação da divisão do trabalho e de princípios organizacionais. Isto se dá principalmente pelo uso extensivo de meios de comunicação, especialmente para o propósito de reproduzir materiais técnicos de alta qualidade, os quais tornam possível instruir um grande número de estudantes ao mesmo tempo.

Keegan (1991) nos brinda com uma síntese dos elementos conceituais centrais da EAD que os diferencia do ensino na modalidade presencial: separação física entre professor e aluno; utilização de metodologia diferenciada com influência no planejamento, sistematização, plano, organização dirigida; utilização de meios técnicos de comunicação para unir o professor ao aluno e transmitir os conteúdos educativos; previsão de uma comunicação de mão dupla, onde o estudante se beneficia de um diálogo e da possibilidade de iniciativas de dupla via e possibilidade de encontros ocasionais com propósitos didáticos e de socialização.

O eixo do debate da Educação a Distância situa-se na aplicação e na forma como é abordada. Alguns autores afirmam que ela é viável e que o professor tem uma estreita relação com o aluno, posição defendida por Roca (1998). Aretio (1996) chama a atenção para o fato de que se efetuada em rede, não difere da modalidade presencial, tendo em vista que o ensino presencial também pode recorrer às redes de comunicação. O que pode diferenciar uma modalidade da outra é o material utilizado e a forma como é aplicado. Litwin (2001) pondera que há necessidade de um melhor repensar sobre a EAD e a sua aplicabilidade, sendo assim partidária de que é preciso uma reformulação.

Essa modalidade vem utilizando diferentes metodologias e meios interativos para sua efetivação, tendo no desenvolvimento da tecnologia de comunicação e da informação a sua base propulsora. Para Litwin (2001) as tecnologias da comunicação e da informação colocaram a EAD em evidência nessas últimas décadas, provocando mudanças paradigmáticas no setor educacional.

Neste artigo elegemos o conceito de EAD adotado pela Secretaria de Educação Superior (SESU), no portal eletrônico do Ministério da Educação (MEC), presente no Decreto nº 5.622, de 19/12/2005 (que revoga o Decreto nº 2.494/98), que regulamenta o Art. 80 da Lei 9394/96 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN):

Educação a Distância é uma modalidade educacional na qual a mediação didático pedagógica nos processos de ensino aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos.

De acordo com a legislação específica os cursos à distância, em geral podem ser classificados em: cursos abertos, cujos conteúdos oferecidos estão relacionados às áreas gerais do conhecimento e duram de 12 a 36 horas; cursos de atualização dirigidos a profissionais em geral e a graduandos, com duração de 24 a 48 horas; cursos de aperfeiçoamento dirigidos a profissionais e estudantes, para permitir que validem os créditos em cursos de especialização *lato sensu* ou se habilitem profissionalmente em áreas específicas, com base em dispositivos legais e com duração de 60 a 180 horas; cursos de graduação destinados a que desejam obter formação em educação superior com habilitação em uma área profissional com carga horária semelhante a de um curso presencial e o cursos de Especialização dirigidos a profissionais de nível superior, com ênfase em áreas específicas do conhecimento, com uma carga horária mínima de 320 horas (BRASIL, 2004).

Para Kenski (2006) o crescimento da EAD no Brasil tem sido explosivo nos últimos cinco anos. A ênfase maior, no entanto, tem sido as atividades isoladas de treinamento, por meio de tutoriais, em que o aluno se vê diante do conteúdo apresentado na tela do micro. Há inúmeros projetos realizados dessa forma, mas não tão bem sucedidos. Muitas vezes, são desenvolvidos por profissionais com conhecimento tecnológico, mas que não dominam o processo de aprender e ensinar. Parece assim, que este equívoco faz com que opções educacionais de péssima qualidade sejam oferecidas, comprometendo a oferta de serviços mais qualificados. Esta modalidade apresenta características específicas. Entre as principais estão a separação no tempo e/ou no espaço entre o professor e o aluno; o controle do aprendizado realizado mais intensamente pelo aluno do que pelo professor; a comunicação mediada principalmente por material didático impresso e por um Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).

Gularte (2007, p.35) ao discorrer sobre a utilização dos recursos tecnológicos na EAD argumenta que estes, tanto enriquecem quanto complementam o processo educacional, embora pondere que a depender dos objetivos dos cursos, a sua utilização pode não alcançar o resultado

desejado. A questão do estudo controlado pelo aluno merece destaque na afirmação de Peters (2001, p. 157), quando “assevera que essa independência organizatória formal é reduzida e restrita entre alunos, tendo em vista que o estudo autônomo é o ponto fundamental para o sucesso do curso a distância”.

Apesar das características específicas que a EAD comporta, a sua formação é outro aspecto que precisa ser destacado. Na visão de Kenski (2006) é preciso notar que a formação educacional para EAD não se restringe aos aspectos pedagógicos e tecnológicos, ambos essenciais. É preciso contemplar com estudos e reflexões sobre os novos processos de comunicação, sociais e psicológicos que ocorrem nas comunidades virtuais. Novas formas de agir, de se comunicar e de trabalhar pedagogicamente com conteúdos mediados por tecnologia exigem outro tipo de formação. O desafio central passa a ser a necessidade de se estabelecer um plano de implementação bem articulado, que inicie com a definição de metas e objetivos. Apesar de algumas instituições estar há anos buscando equilibrar essas metas para criar oportunidades educacionais positivas, muitas precisam investir em equipes que incluam técnicos e especialistas não apenas no conteúdo, mas na produção do material instrucional.

Após estas considerações passaremos a refletir sobre a EAD no Brasil nos anos 1990.

A EAD no Brasil nos anos 1990: do Programa Nacional de Informática na Educação ao Programa Escola de Gestores

A EAD tem uma longa história de sucessos e fracassos. Sua origem está nas experiências de educação por correspondência iniciadas no final do século XVIII, com largo desenvolvimento a partir de meados do século XIX. O desenvolvimento da EAD pode ser descrito fundamentalmente em três gerações, conforme os avanços e recursos tecnológicos e de comunicação: ensino por correspondência; teleducação / tele cursos e ambientes interativos (WIKIPÉDIA, 2010).

No Brasil, várias experiências de educação a distância foram iniciadas e levadas a termo com relativo sucesso. Inicialmente registra-se a oferta de cursos de alfabetização para jovens e adultos mediatizados pelo Rádio, a exemplo da Rádio Escola Municipal do Rio de Janeiro instalada em 1934. Em 1939, foi criado, em São Paulo, o Instituto Universal Brasileiro, atualmente Instituto Monitor, oferecendo cursos técnicos, profissionalizantes, supletivos, de formação profissional por correspondência. Dois anos mais tarde surge a primeira Universidade do Ar, que durou até 1944 oferecendo também cursos técnicos e profissionalizantes. Esta proposta, em 1947 foi assumida pelo Serviço Nacional de Aprendizagem (SENAC) e o Serviço Social do Comércio (SESC) e emissoras associadas com a denominação de Nova Universidade do Ar. Em 1965, foi criada as TV's educativas pelo poder público, sendo também assumida pelo setor privado. Na década de 1970, a Fundação Roberto Marinho se propõe a oferecer por meio do Telecurso, um programa de TV de educação supletiva a distância, para ensino fundamental e ensino médio. Entre às décadas de 1970 e 1980, outras fundações privadas e organizações não-governamentais também ofertaram cursos supletivos a distância, no modelo de teleducação, com aulas via satélite complementadas por *kits* de materiais impressos, demarcando a chegada da

segunda geração da EAD no país. Começa a oferta de ensino superior supletivo por tele cursos (material impresso e televisão) por instituições sem fins lucrativos no ano de 1980.

As Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras mobilizaram-se para a oferta da EAD com o uso de novas tecnologias da comunicação e da informação somente a partir da década de 1990, com experiências em poucas universidades. Data de 1992 a criação da Universidade Aberta do Brasil com o objetivo de organizar cursos específicos, de acesso geral para a oferta de ensino superior em nível de graduação e de pós graduação.

Em 1996, o MEC cria a Secretaria de Educação a Distância (SEED) e reconhece a EAD como uma meta para “levar para a escola pública toda a contribuição que os métodos, técnicas e tecnologias de educação a distância podem prestar à construção de um novo paradigma para a educação brasileira”, desenvolve e implanta programas voltados para a inserção da tecnologia para e na escola. Dentre os seus principais programas estão o Programa Nacional de Informática na Educação (Proinfo), o TVEscola, o Programa de Formação de Docentes em Exercício (Proformação), o Programa de Apoio à Pesquisa em Educação a Distância (Paped), e o mais recente, o Programa Escola de Gestores para a Educação Básica que faz parte das ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). Esclarecemos que tanto o Proinfo quanto o Proformação utilizaram a modalidade EAD em seu segundo momento (BRASIL, 2001).

O Proinfo foi oficialmente criado pelo MEC, através do Decreto nº 1.917, de 27 de maio de 1996. Após uma série de encontros realizados pelo país para discutir as diretrizes iniciais, foi lançado oficialmente, em 1997, cujo objetivo é promover o uso pedagógico da informática na rede pública de educação básica. O programa leva às escolas computadores, recursos digitais e conteúdos educacionais. Em contrapartida, estados, Distrito Federal e municípios devem garantir a estrutura adequada para receber os laboratórios e capacitar os educadores para uso das máquinas e tecnologias.

Para fazer parte do ProInfo Urbano e/ou Rural, o município deve seguir três passos: a adesão, o cadastro e a seleção das escolas. A pré-seleção das escolas ProInfo é feita pelo sistema, em que já existem escolas de acordo com os critérios adotados nestas distribuições. As escolas estaduais são selecionadas pela Coordenação do ProInfo de cada Estado. Já as escolas municipais são selecionadas pelos prefeitos dos municípios. Para a seleção de escolas para o ProInfo Rural serão atendidas as escolas de ensino fundamental da área rural, com mais de 50 alunos, energia elétrica e sem laboratório de informática. No ProInfo Urbano serão selecionadas escolas de ensino fundamental da área urbana, com mais de 100 alunos, energia elétrica e sem laboratório de informática.

Um dos programas recentes o já citado Programa Escola de Gestores para a Educação Básica, surgiu da necessidade de se construir processos de gestão escolar compatíveis com a proposta e a concepção da qualidade social da educação, baseada nos princípios da moderna administração pública e de modelos avançados de gerenciamento de instituições públicas de ensino, buscando assim, qualificar os gestores das escolas da educação básica pública, a partir do oferecimento de cursos de formação a distância. De acordo com a SEED, os objetivos do

programa é formar, em nível de especialização (*lato sensu*), gestores educacionais efetivos das escolas públicas da educação básica, incluídos aqueles de educação de jovens e adultos, de educação especial e de educação profissional, contribuindo com a qualificação do gestor escolar na perspectiva da gestão democrática e da efetivação do direito à educação escolar com qualidade social. Como resultado dessa iniciativa, o MEC espera a melhoria dos índices educacionais das escolas e municípios atendidos e espera também que os gestores escolares compreendam e organizem o trabalho pedagógico baseados nos princípios da gestão democrática.

Gestão e gestão escolar na perspectiva democrática

De acordo com Nunes (2006), embora não seja possível encontrar uma definição universalmente aceita para o conceito de gestão e, por outro lado, apesar deste ter evoluído muito ao longo do último século, existe algum consenso, relativamente a que este deva incluir obrigatoriamente um conjunto de tarefas que procura garantir a eficácia de todos os recursos disponibilizados pela organização, a fim de serem atingidos os objetivos determinados. Segundo Oliveira (2008, p.96), a gestão escolar deve dar lugar às práticas de motivação, cooperação, integração, onde o espaço esteja aberto para o espírito de liderança, criatividade e descentralização de poder. Estas práticas de certo modo ganharam destaque diante das novas exigências do capitalismo, que no atual processo de globalização busca adequar as escolas ao desenvolvimento.

Cury (2008, p.14) defende que “a gestão democrática, enquanto temática histórica nos move em direção contrária àquela mais difundida em nossa trajetória política, em que os gestores se pautam ora por um movimento paternalista, ora por uma relação propriamente autoritária”. Para que a gestão escolar favoreça a democratização precisa constituir-se de um ponto referencial nos discursos e projetos articulados em torno do sistema de ensino brasileiro nos últimos anos. A perspectiva de existência de uma escola democrática vem desde período remotos. Enquanto conquista coletiva e organizada, a gestão democrática traz desafios que envolvem a compreensão do seu verdadeiro significado e a sua efetivação prática no cotidiano das organizações. Dourado (2000) ao discutir a gestão democrática traz o “processo” e a “luta política” como elementos de força e de dinamismo. Para este autor,

[...] a gestão democrática é entendida como processo de aprendizagem e de luta política que não se circunscreve aos limites da prática educativa, mas, vislumbra na especificidades dessa prática social e de sua relativa autonomia, a possibilidade de criação de canais de efetiva participação e de aprendizado do “jogo” democrático, e consequentemente, do repensar das estruturas de poder autoritário que permeiam as relações sociais, e no seio destas, as práticas educativas. (DOURADO, 2000, p. 79).

Assim podemos dizer que uma gestão democrática envolve ações coletivas e organizadas, precisa ser contínua e permanente, e não pontual em suas ações e propostas, devendo constituir-se em processo solidário que possibilita o crescimento coletivo. De acordo com Luck (2006, p.77), geralmente a gestão democrática remete a uma prática complexa, difícil de ser concretizada, e por ser essencialmente coletiva e organizada não pode figurar como “vitrine política”.

Paro (1997), argumenta que a gestão democrática se efetiva na participação de pais e educadores, alunos e funcionários. Sabe-se que a realidade de cada escola, precisa de atenções diferentes, e não é com a simples autoridade do diretor que vamos resolvê-la. O autor menciona que os conselhos de escola são uma boa opção para o exercício da prática democrática. Esta prática, ainda segundo este autor deve transformar-se em um condutor para a edificação de uma sociedade, que entre outros aspectos estejam possíveis e palpáveis a democratização do acesso e garantia da permanência, democratização da gestão e qualidade social da educação para todos, revertendo o quadro da exclusão social, cultural, tecnológica e educacional de grande parcela da população brasileira.

É importante lembrar através de Freire (1997) que nenhuma prática de gestão democrática se sustentará por muito tempo sem os pressupostos e os insumos, de uma teoria significativa e bem estruturada. Deve primar pela “educação libertadora” que valoriza o diálogo, a participação, a conquista da autonomia e da democracia, o compromisso político, ético e estético, com a concepção de ser humano histórico, incompleto, inacabado, capaz de lutar pela transformação social, por uma sociedade mais justa e sustentável para todos.

Vivemos uma realidade educacional que demanda qualificação dos gestores, tendo em vista que os dados mais recentes do censo escolar de 2004 indicam, que no Brasil, total de dirigentes escolares, 29,32% possuem apenas formação em nível médio, sobretudo nos estados das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. É de 69,79% o percentual desses dirigentes com formação em nível superior, enquanto apenas 22,96% possuem curso de pós-graduação *lato-sensu*.

Conforme anunciamos para atender a esta demanda de qualificação dos gestores das escolas apresentaremos a experiência desenvolvida pelo Programa Escola de Gestores na Universidade Federal da Paraíba - UFPB.

Superando desafios criando possibilidades: a experiência da Escola de gestores na UFPB

De acordo com o regulamento da UFPB, o curso de Especialização em Gestão Escolar na UFPB, realizado em nível de Pós-Graduação *Lato Sensu*, está estruturado segundo a Resolução N° 1, de 8 de junho de 2007 do Conselho Nacional de Educação (CNE) e a Resolução 56/96 do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE/UFPB). Trata-se de uma modalidade regular e utilizará a metodologia de educação a distância. A Coordenação Geral do Curso é sediada no Centro de Educação da/UFPB, *Campus I*, em João Pessoa – PB.

A carga horária total do curso é de 400 horas-aula, distribuídas em sete disciplinas, além da elaboração e defesa da monografia individual. Das 400 vagas ofertadas totalmente gratuitas para os alunos, 50% (200 vagas) foram destinadas à rede estadual de ensino e 50% (200 vagas) às redes municipais de ensino. O curso teve duração de 12 meses, nos dez polos de salas virtuais assim distribuídas: Polo de João Pessoa-PB e Polo de Campina Grande-PB, ambos com três salas virtuais; Polo de Patos PB e Polo de Cajazeiras-PB, com duas salas virtuais.

De acordo com a Resolução nº 27 do CONSEPE/UFPB, o curso tem como principais objetivos: desenvolver e/ou ampliar a capacidade para atuar na gestão da educação e da escola visando com efetivação o direito à educação básica de qualidade social, por meio de práticas caracterizadas pela transparência e pelo trabalho coletivo; realizar e fortalecer a gestão democrática do ensino como princípio legal e formativo fundamental sustentado em práticas e processos que conduzam ao trabalho coletivo e à participação nos processos decisório da educação e da escola; dominar e implementar mecanismos e estratégias que favoreçam a realização da gestão democrática, em especial dos órgãos colegiados, dentre eles o Conselho Escola; intervir na formulação e implementação das políticas do campo educacional de modo a consolidar a realização da direito à educação básica e a gestão democrática do ensino e dominar e utilizar ferramentas tecnológicas no campo da organização dos processos e trabalho nos sistemas e unidades de ensino, tomando essas ferramentas como fundamentais ao fortalecimento da gestão democrática.

Ao iniciar a execução deste Programa na UFPB, nos deparamos com alguns desafios técnicos, pessoais e institucionais. Do ponto de vista técnico e pessoal os desafios foram indicados pela dificuldade dos cursistas em relação à leitura e a interpretação do conteúdo do material didático. Além do desinteresse de alguns, que apresentavam como justificativa o tempo que não dispunham para as leituras dos textos, devido a carga horária de trabalho. A falta de hábito do estudo foi outro fator apontado como justificava, devido ao longo período sem a prática de leituras, principalmente acadêmicas, posto que, após concluírem suas graduações, não mais estudaram, implicando na dificuldade na interpretação do conteúdo do curso e na elaboração das atividades enviadas através do ambiente de aprendizagem virtual – *Moodle*. Outro aspecto diz respeito a precária ou nenhuma prática dos cursistas com a tecnologia utilizada – AVA (plataforma *moodle*). Apesar de ofertarmos em cada polo um encontro presencial com duração de 8h, com objetivo de apresentar o ambiente virtual e o desenvolvimento das atividades básicas - elaborarem o perfil, inserir uma foto, enviar mensagem e participar das discussões nos fóruns interativos – as dificuldades ainda assim se repetiam. Esta dificuldade teve rebatimento no desenvolvimento das atividades do curso, acarretando um índice de desistência considerável.

Somam-se a este conjunto, os desafios institucionais: de um lado o despreparo também dos coordenadores de sala e de suas respectivas equipes (professores de sala). Estes inicialmente apresentaram sérias dificuldades para operacionalizar com a metodologia da EAD, cujos desdobramentos foram o silêncio virtual em relação às mensagens dos cursistas, a falta de *feedback* e a não divulgação das notas no prazo determinado. Tudo isto sem dúvida comprometeu o bom atendimento ao cursista; do outro lado, registro-se a falta de recursos financeiros para o atendimento presencial aos quatro polos citados. A ida aos polos com a equipe de coordenação, técnicos e professores, permitiu perceber a importância do encontro presencial para os cursistas. O tempo também foi outro desafio enfrentando em relação ao período estabelecido para cursar as disciplinas e elaborar a monografia. Este cronograma é ditado por instâncias superiores o que dificulta a flexibilização dos prazos para orientação e entrega das monografias.

Para cada desafio a equipe pedagógica e técnica desenvolveu estratégias para minimizar as dificuldades junto aos cursistas, visto que, a evasão no curso era uma preocupação constante. Os índices de desistência e/ou abandono passaram a exigir da equipe mais dinamismo, interação e assistência aos cursistas buscando compreender suas dificuldades, visualizando suas competências, capacidade de superação. O redirecionamento de ações se fez necessário. Foi revista a quantidade de atividades na plataforma, sem perder a qualidade do curso, possibilitando assim espaços para redistribuição do tempo para leituras e elaboração das atividades. Criamos também um fórum de dúvidas permanente, no qual a equipe técnica e pedagógica estava em acesso e interação constantes. Em relação aos coordenadores e professores de sala buscamos realizar reuniões semanais para novo planejamento e avaliação do processo ensino aprendizagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como foi visto, apesar dos desafios conseguimos construir possibilidades de superação e pudemos concluir a primeira turma com sucesso. Mais de 70 % dos cursistas finalizaram os créditos e apresentaram presencialmente suas monografias. Eles apresentaram aspectos positivos que vão desde o aprendizado com o manuseio da nova tecnologia, discussão com conteúdos relacionados a gestão escolar democrática relação virtual e presencial com colegas da rede permitindo troca de experiências e a construção de novas amizades. Muitos afirmaram que o curso contribuiu para um melhor condução na organização escolar, desde o tratamento/relacionamento com os colegas gestores ao encaminhamento das questões do cotidiano junto a comunidade escolar.

REFERÊNCIAS

- ARETIO, Lorenzo Garcia. **A nova lei do ensino e do professor**. Disponível em: <<http://www.cciencia.ufrj.br/educnet/EDUEAD.HTM>> Acessado em: 06 /01/2011.
- BRASIL. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: nº 9394/96. Brasília: 1996.
- BRASIL. **Decreto 5.622 de 2005**. Regulamenta o art. 80 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
- BRASIL. **Portaria Ministerial nº. 4.361 de 2004**. Credenciamento e recredenciamento de Instituições de Ensino Superior para oferta de cursos superiores a Distância.
- BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 05 de outubro de 1988.
- CURY, Carlos Roberto Jamil. “ O Conselho Nacional de Educação e gestão democrática” In. OLIVEIRA, Dalila Andrade (Org.). **Gestão democrática da educação**: desafios contemporâneos. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- _____. “ O Conselho de educação e a gestão dos sistemas” In. FERREIRA, Naura Syrua. AGUIAR, Márcia Ângela da S. **Gestão da Educação**: impasses, perspectivas e compromissos (Org.) 6. Ed – São Paulo: Cortez, 2008.
- DOURADO, L.F.A. A escolha de diretores escolares: políticas e gestão da educação no Brasil. In: FERREIRA, N. S. C. (Org.) **Gestão democrática da Educação**: atuais tendências, novos desafios. 2 ed. São Paulo, Cortez. 2000.

Educação a Distância. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Educa%C3%A7%C3%A3o_a_dist%C3%A2ncia>. Acessado em 9/12/ 2010.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

GULARTE, Delmar dos Santos. **Formação de professores em educação a distância: as lições do curso UNIVIMA/UFSC**. 21/06/ 2007.194 f. Dissertação. Universidade Federal de Santa Catarina Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção e Gestão do Conhecimento, 2007.

KEEGAN, D. **Fundamentos da Educação a Distância**. 2a.ed. Londres: Routledge, 1991.

KENSKI, Vani Moreira. **Tecnologias e Ensino Presencial e a Distância**. São Paulo: Papirus, 2006.

LITWIN, Edith. **Educação a distância: temas para o debate de uma nova agenda educativa**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

LÜCK, Heloísa. **Concepções e Processos Democráticos de Gestão Educacional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006. Série Cadernos de Gestão.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Portal. 27 outubro 2005. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br>>. Acessado em 30 de outubro 2010.

NUNES, Paulo. **Conceito de Gestão e de Gestor**. Disponível em <http://www.notapositiva.com/trab_professores/textos_apoio/gestao/01conc_gestao.htm>. Acessado em 09/01/11.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão Democrática da Escola Pública**. São Paulo: Ed. Ática, 1997.

PETERS, Otto. **Didática no ensino a distância**. São Leopoldo/RS: Editora Universitária do Vale do Rio dos Sinos, 2001.

ROCA, Octavi. A autoformação e a formação a distância: as tecnologias da educação nos processos de aprendizagem. In SANCHO, Juana M. **Para uma tecnologia educacional**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

UFPB. Resolução N° 59/2007. Artigo 28, incisos XV e XVI do Estatuto da UFPB de 30 de novembro de 2007.